**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**JUCINÉIA DADALT**

**O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

**SÃO PAULO**

**2013**

**JUCINÉIA DADALT**

**O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Graduação em Serviço Social apresentado à Universidade Paulista – UNIP.

Orientador (a): Profª. Ms. Karina Dala Pola

**SÃO PAULO**

**2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

DADALT, Jucinéia. **O Serviço Social na Área da Educação.** Orientadora: Profa. Ms. Karina Dala Pola – 2013.

48f.

Monografia em Serviço Social.

1. Assistente Social; 2. Escola; 3. Família;

I Universidade Paulista – UNIP.

**JUCINÉIA DADALT**

**O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Graduação em Serviço Social apresentado à Universidade Paulista – UNIP.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_/\_\_

Prof. Nome do professor

Universidade Paulista - UNIP

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_/\_\_

Prof. Nome do professor

Universidade Paulista - UNIP

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_/\_\_

Prof. Nome do professor

Universidade Paulista – UNIP

Dedico este trabalho a minha família, meu esposo e meus filhos pelo apoio e compreensão para a realização do mesmo.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo sentido da vida.

A minha família pelas horas de ausência, especialmente ao meu esposo, João Carlos Dadalt por me acompanhar durante os meus estudos com estimulo, aos meus filhos Jessica Dadalt e Antônio Dadalt Neto.

A minha orientadora Profª. Ms. Karina Dala Pola pela dedicação nas orientações prestadas durante a execução deste trabalho, pelo incentivo e colaboração em seu desenvolvimento, fatores esses decisivos que viabilizaram a realização desta atividade.

Agradeço com muito carinho a Joana Dalva Sabino Vieira Semprini Coordenadora e Assistente Social, do Centro de Referencia Assistência Social (CRAS-4) da cidade de Ribeirão Preto/SP, pela oportunidade de estagiar na Instituição e confiança em mim depositada.

A minha Supervisora de Campo Maralina Assis Carvalho pela sua compreensão e profissionalismo.

Aos alunos do curso que compartilharam minha formação.

A instituição e direção por oferecer as condições para que cumprisse mais esta meta em minha vida.

A todos os professores do curso pela dedicação e contribuição para minha formação.

*“Educadores e Assistentes Sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes: ambos têm na escola seu ponto de encontro” (AMARO, 1997 apud AREQUE e SOUZA, 2009).*

**RESUMO**

Este trabalho, de ordem bibliográfica, buscou identificar a importância do serviço social na área da educação. Num primeiro momento abordou a política educacional, num segundo momento relatou o serviço social no ambiente escolar, as contribuições do assistente social na escola para garantir a educação e, num terceiro momento desvendou o apoio da família como mediação na atuação do serviço social. A pesquisa revelou que é fundamental que os assistentes sociais estejam sempre em parceria com a família para desenvolver a vida escolar e social dos alunos a fim de torná-los cidadãos.

**Palavras-chave:** assistente social; escola; família.

**ABSTRACT**

This work order literature, sought to identify the importance of social service in education. At first addressed the educational policy, subsequently reported social service in the school environment, the contributions of the social worker in the school to ensure education and, a third moment unraveled family support as a mediator in social service activities. The research revealed that it is essential that social workers are always in partnership with the family to develop the academic and social lives of students in order to make them citizens.

**Keywords:** social worker; school, family.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Conselho de Referência da Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SSE – Serviço Social Escolar

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO. 11**

**2 POLÍTICA EDUCACIONAL. 14**

**3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO 20**

**3.1 Contribuição do serviço social para garantir a educação 22**

**3.2 O assistente social 26**

3.2.1 O assistente social no âmbito escolar 28

**4 A FAMÍLIA COMO MEDIADORA NA AÇÃO SOCIAL 32**

**5 METODOLOGIA DE PESQUISA 42**

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 44**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45**

**1 INTRODUÇÃO**

O Serviço Social e Política Educacional, tema desenvolvido nesse trabalho aborda a importância do assistente social no contexto escolar.

Pretende-se com esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentar um conhecimento mais amplo sobre o papel do Serviço Social na educação para a comunidade escolar (diretores, professores, funcionários, famílias) a fim de compreenderem a seriedade do trabalho do assistente social no cenário educacional.

Justifica-se a escolha desse tema por causa da vivência pessoal, no caso a autora já cursou o curso de pedagogia, mas não concluiu o que aguça o seu interesse na educação juntamente com a prestação de serviço da atuação dos assistentes sociais no campo educacional.

Diante dessa realidade, os fatores que nos levaram a abordar este tema são de caráter informativo e reflexivo a cerca da importância dos assistentes sociais dentro da escola.

Portanto, a pesquisa a cerca da importância do Serviço Social relacionado com a política educacional tende a contribuir positivamente para toda comunidade tanto escolar como social a fim de trazer novos conhecimentos e esclarecimentos sobre a atuação dos assistentes sociais na educação.

A problemática da pesquisa está voltada para as seguintes questões: qual a importância do serviço social no âmbito escolar? Quais são as contribuições que os assistentes sociais conquistam para com o direito à educação e na construção da cidadania? E qual o papel da família na ação social?

Para respondermos as perguntas propostas foram definidos os objetivos do trabalho. O objetivo geral tem com foco identificar a importância da atuação do assistente social na política educacional. Para alcançarmos os objetivos gerais iremos abordar os seguintes objetivos específicos: a contribuição do Serviço Social no âmbito escolar, o desempenho dos assistentes sociais dentro da escola e suas funções quanto a um melhor desenvolvimento na vida social dos alunos e o apoio da família para com o ato social.

O presente trabalho de pesquisa está estruturado em três capítulos, os quais estão intitulados em: Política Educacional; Serviço Social e Educação: a contribuição do serviço social para garantir a educação – o assistente social: o assistente social no âmbito escolar; A família como mediadora da ação social.

A metodologia de pesquisa utilizada nesse trabalho está baseada em revisões bibliográfica, isto é, de natureza bibliográfica e documental e a coleta dos dados com base em artigos científicos, livros, documentos e Leis Educacionais.

A fundamentação teórica está baseada em autores que relatam esse assunto e contextualizam as informações que serão abordadas nesse trabalho.

Segundo Campos e David (2010) o Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930 e desde então vem ganhando espaço na sua atuação em diversas áreas e em parcerias com as políticas públicas.

Devemos salientar a importância de abordar o emprego do Serviço Social na política educacional e os projetos de leis que efetivam a atuação dos assistentes sociais no campo escolar.

Rossa (2011) destaca que a inserção dos profissionais de Serviço Social na educação data na década de 1930, mas somente a partir de 1990 que houve a implantação das políticas sociais, o qual foi responsável pela conquista do Serviço Social na educação e o aumento da demanda de requisição desses profissionais.

A crescente participação dos assistentes sociais nas esferas educacionais, em conjunto com as equipes interdisciplinares, proporcionam diretrizes, programas e planos que em colocados em prática oferecem o direito da educação a todos os cidadãos.

Segundo Santos (2012) o auxílio das equipes interdisciplinares formadas por docentes, direção da escola, orientadores, coordenadores, pedagogos e assistentes sociais contribuem positivamente para a melhora e aperfeiçoamento do processo educativo.

De acordo com Rossa (2011) a interação com demais profissionais (psicólogos, pedagogos) apoiam para prevenir as “questões sociais” como o alcoolismo, drogas, violência, evasão escolar, dentre outras.

Contudo, a sociedade tem se tornado palco dessas questões sociais e essas expressões tem se intensificado dentro da escola envolvendo todos os sujeitos do ambiente escolar.

“O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar com as relações interpessoais e grupais” (MARTINELLI, 1998 apud SANTOS, 2012, p.127-128).

Para Campos e David (2010) o apoio da família é indispensável para o sucesso da atuação dos assistentes sociais, uma vez que aproxima os alunos a vida escolar e social.

Portanto, é preciso relatar o grande valor da atuação do Serviço Social na área educacional, bem como seus métodos de articulação para com a realidade social presente no ambiente escolar, que em parceria com a família, garantem o compromisso a educação e formação de uma esfera social mais cidadã.

Desse modo, esperamos que a pesquisa aqui desenvolvida transmita uma reflexão clara e pertinente sobre o assunto e que não se esgote por aqui, pois devemos desenvolver novas pesquisas a cerca da atuação profissional do serviço social para darmos continuação ao universo científico social e educacional.

**2 POLÍTICA EDUCACIONAL**

Nesse capítulo abordaremos a respeito das leis educacionais, para tanto é necessário definirmos de um modo geral a política educacional.

Segundo Infoescola (2011) “a política educacional pertence ao grupo das políticas públicas sociais”.

Costa (2006) apud Piana (2009a, p. 53-54) define políticas sociais como “mecanismos eficientes para a democratização do acesso a bens e serviços para a população e também atuam como condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social”.

As políticas sociais no Brasil estão interligadas diretamente com as relações econômicas, políticas e sociais do país. São reconhecidas como ferramentas de manutenção de força de trabalho, conquistas de trabalho, concessão das elites dominantes e mecanismos de garantia da proliferação de bens ou dos direitos cidadãos (FALEIROS, 1991 apud PIANA, 2009a, p. 21).

Para Pastorini (2006) apud Piana (2009a) as políticas sociais desenvolvem papéis fundamentais no capitalismo, como nas funções atribuídas a função social, econômica e política.

Na esfera da função social, as políticas sociais atendem os recursos sociais através de serviços sociais e assistenciais, para um benefício salarial às partes carentes da sociedade. Embora, este objetivo não contemplam as reais funções de minimizar as desigualdades sociais a fim de originar mais serviços sociais a população menos favorecida (PASTORINI, 1997 apud PIANA, 2009a, p. 35).

Quanto à função econômica, podemos ressaltar a atuação do Estado por meio de ações direta e indiretas (pagamento a população via impostos), de bens, de recursos, ofertas e prestação de serviços sociais a população mais carente como saúde, educação e assistência social (PASTORINI, 2002 apud PIANA, 2009a, p. 36).

E por fim, no que diz respeito à função política das políticas sociais, Pastorini (2006) apud Piana (2009a, p. 37), estão às disputas entre classes sociais opostas, como uma expressão de forças e lutas na sociedade com o propósito de almejar a legitimidade e a ordem social.

Para a autora, devemos lutar para a construção e transformação das medidas sociais, cabendo aos profissionais, assistentes sociais, o compromisso de interagir com o Estado, trabalhadores e capital a fim de cumprir as políticas sociais.

As políticas sociais devem disponibilizar serviços para a população, como educação pública para todos os cidadãos independente de sua classe social (PIANA, 2009a).

Desse modo, para entendermos melhor essas políticas sociais precisamos compreender o conceito de políticas públicas.

“As políticas públicas são decisivas para a concretização de direitos humanos, pois elas atuam na estrutura básica do sistema capitalista contribuindo para a construção do bem comum, visando à redução das desigualdades sociais”... (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 186).

Ainda, as mesmas autoras relatam que:

Quando se trata da efetivação de direitos legitimados em uma ordem jurídico-legal de um Estado democrático de direitos como o Brasil, as políticas públicas assumem papel importante na redução da pobreza e das desigualdades sociais, elementos importantes para o bem estar social com equidade, dignidade e autonomia (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 187).

Atualmente, Quintão (2013) disserta que o país vive um momento positivo a cerca das políticas púbicas, com a criação de sistemas institucionais, crescentes em integração, os quais correspondem a União, os Estados e os Municípios.

O mesmo autor ressalta que essas esferas do governo proporcionam uma “democratização com fortalecimento do controle social, através de conferências, dos conselhos e da participação popular direta”. Esses arranjos permitem a universalização dos direitos básicos como à saúde, à educação, à seguridade social (QUINTÂO, 2013, p. 1).

Segundo França e Ferreira (2012, p. 189) os princípios básicos para a operacionalização das políticas públicas enquanto elementos fundamentais para o cumprimento dos direitos impõem que determinadas medidas sejam tomadas como “a redução da desigualdade social, violência, preconceito e discriminação que se apresentam nas relações sociais de forma camuflada, e, muitas vezes, sutil”.

Desse modo, as políticas públicas no domínio de sua função têm por dever garantir os direitos de cada cidadão. Para tanto, essa dinâmica necessita que o Estado e a sociedade civil tenham uma “relação de complementaridade” (FRANÇA e FERREIRA, 2012).

Conforme Oliveira *et al.* (2010) políticas públicas é definida como ações realizadas pelo governo. E as chamadas políticas públicas educacionais são atuadas pelo governo na educação.

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo obrigação do Estado garanti-la a todos (AREQUE e SOUZA, 2009).

De acordo com França e Ferreira (2012, p. 187) a Constituição Federal de 1988, ECA e LDBEN têm por presunção zelar pelos direitos humanos a cerca de uns conjuntos de políticas públicas integradas “formando um sistema de proteção que seja capaz de promover o bem estar das crianças, adolescentes e suas famílias”.

O ato de “educar é um exercício de cidadania, proposta essa que ultrapassa o ambiente escolar”, embora a escola expresse função importante no aprendizado dos alunos (PIANA, 2009b, p.191).

Contudo, o termo educação se aplica nas questões escolares. Sendo assim, podemos afirmar que “políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar” (OLIVEIRA *et al.,* 2010).

É importante definirmos esse conceito de políticas públicas educacionais voltadas para a área educacional, visto que os mesmos autores dissertam que “[...] a educação é algo que vai além do ambiente escolar. Tudo o que se aprende socialmente - na família, na igreja, na escola, na rua, no teatro, etc”...

A presença do Serviço Social na política educacional atribui tarefas que ultrapassam o espaço escolar, levando em conta a evasão escolar, a ausência dos pais na vida escolar dos filhos, inadequação da escola, falta de estrutura educacional que respeite a igualdade de acesso aos educandos (PIANA, 2009a).

Segundo Lopes *et al.* (2007) a discussão da contribuição do Serviço Social na garantia do direito da educação extrapola a realidade social, política, econômica e cultural, uma vez que ficam a mercê das políticas educacionais.

Para Piana (2009b) a política educacional nos remete as expressões das questões sociais, as quais indagam desafios aos participantes do planejamento, implementação, execução apresentando demandas ao Serviço Social.

A profissão do Serviço Social é responsável pelas relações entre Estado, burguesia e trabalhadores na realização das medidas regidas nas políticas sociais frente à “questão social” (PASTORINI, 2007 apud PIANA, 2009a, p. 22).

O estudo das políticas sociais, na área do Serviço Social, vem ampliando sua relevância na medida em que estas se têm constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual (PIANA, 2009a, p. 22).

Uma vez definido esses conceitos podemos citar o papel do Serviço Social nesse processo de desenvolvimento e implantação da política educacional.

Segundo Piana (2009a) devemos traçar uma trajetória do Serviço Social e sua fundamental importância do profissional social na educação, bem como na atuação da política educacional.

De acordo com os autores Maroneze e Lara (2009):

A política educacional, assim como as demais políticas sociais, não pode ser pensada de forma isolada ou desconectada de uma totalidade histórica que envolve as bases materiais de produção e reprodução da vida dos homens, mas, deve ser compreendida a partir da contradição e articulação com os aspectos sociais, políticos e econômicos de determinada conjuntura sócio histórica (MARONEZE e LARA, 2009, p. 3284).

Piana (2009a) destaca que precisamos compreender que o contexto da política educacional está direcionado a uma realidade estrutural e conjuntural ligadas diretamente nas decisões políticas, econômicas e sociais.

Conforme Neto (1995) é possível analisar e discutir a Política Educacional Brasileira através de um fio condutor como as diretrizes da legislação educacional.

“A análise da política educacional no Brasil vem se constituindo gradativamente, numa preocupação e numa tarefa dos educadores comprometidos com os rumos da educação no País” (NETO, 1995, p. 725).

Admitindo aos serviços sociais os direitos à educação, saúde, política salarial, trabalho, habitação, lazer, dentre outros, como ações para manter o controle e a ordem social (IAMAMOTO, 2002 apud PIANA, 2009a, p. 35).

“É evidente que a educação é o fator-chave que impulsiona o desenvolvimento econômico e social do país” (PIANA, 2009a, p. 214).

O Serviço Social em conjunto com a educação tem como objetivo garantir o direito a todos, em cumprimentos com as leis da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA), bem como atender suas necessidades sociais como saúde, habitação, alimentação e educação proporcionando sua inclusão social na comunidade (CAMPOS e DAVID, 2010).

De acordo com o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) de 1990, no seu artigo 4° retrata que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O país protagonizou movimentos sociais que contribuíram para a criação da legislação brasileira nas atribuições dos direitos sociais, como a Constituição Federal promulgada em 1988 e as leis complementares como a Lei n° 8069/90 – ECA e a Lei n° 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (PIANA, 2009a).

França e Ferreira (2012) tecem que:

A política de assistência social regulada pela Lei Orgânica/1993 vem sendo implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) formatado em 2005, que regula a execução dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica, afetando nas situações de vulnerabilidades (pobreza, ausência de pertencimento, fragilização de vínculos, dentre outros) e Proteção Social Especial desenvolvida nas situações de risco ou de violações dos direitos (FRANÇA e FERREIRA, 2012, p. 187).

Nessa perspectiva, França e Ferreira (2012) afirmam que a política assistencial tem como pontos fundamentais os mecanismos de concretização dos direitos à convivência familiar e comunitária. Para tanto, é necessário à criação de medidas públicas a fim de fortalecer o âmbito familiar.

 No quadro de interesses políticos e econômicos, entra em cena os debates para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Nos treze anos de discussão sobre a implantação da nova lei, as preocupações estavam voltadas para uma redefinição política e educacional no país. Após o término de uma “longa e contraditória gestação”, a LDBEN entra em vigor em 1961 (NETO, 1995).

Entretanto, a nova LDBEN abre um leque de possibilidade de atuação do profissional do serviço social nos mais variados níveis de ensino (BULL, 2011).

Para Campos e David (2010, p. 280) a fim de concretizar a prática profissional do Serviço Social Escolar a LDBEN (Lei n° 4.027/61) o artigo 91° assegura “a atuação dos assistentes sociais nas escolas, sob orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atenderiam ao tratamento dos casos individuais à aplicação de técnicas em grupo e à organização social da comunidade”.

Contudo, a LDBEN/96 que prevê o direito à educação no país alcança processos de desenvolvimento da vida familiar e o contato de vivência com a sociedade como um todo (FRANÇA e FERREIRA, 2012).

Para Demo (1997) apud França e Ferreira (2012) esta lei deve contribuir significativamente para um bom relacionamento com o meio social.

A atual LDBEN (Lei n° 9.364/96) admite que “compreendem a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais”, ou seja, indicando um conceito de educação que precisa ser praticada quanto a sua produção social e o papel da escola frente à sociedade.

Para Infoescola (2011) a LDBEN datada em 1996 definem a implementação da educação nacional seguindo as políticas educacionais.

Todavia, segundo Campos e David (2010) com a nova norma da LDBEN (Lei n° 9.394/96), as diretrizes anteriores perderam o vigor.

Partindo dos pressupostos das mudanças na legislação, Bull (2011) em consideração a LDBEN/96 ressaltam que houve repercussões na organização dos processos de educação em cada município por competência a Política Educacional, e responsável pela transferência de profissionais, entre eles, os assistentes sociais.

Desse modo, o artigo que prezava a atuação do Serviço Social fica como opção, segundo a nova norma, a sua presença ou não na escola, visto que devemos lembrar-nos da sua importância na área educacional.

Para Piana (2009a, p. 218) considerando o universo educacional como ambiente de trabalho principal para os profissionais do Serviço Social, com o intuito de abordar suas contribuições, competências, conhecimentos, compromissos, habilidades e atitudes a cerca da efetivação da educação em um direito social tão sonhado por todos.

Diante do exposto, a relação do Serviço Social com a educação é extremamente importante e esta será trabalhada no capítulo a seguir.

**3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO**

A história do Serviço Social na educação está exposta nesse capítulo abordando o surgimento desses profissionais em cumprimento com as políticas educacionais, suas contribuições na área educacional, bem como abordar o papel do assistente social dentro da escola.

Segundo Campos e David (2010) o Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930 e desde então vem ganhando espaço na sua atuação em diversas áreas e em parcerias com as políticas públicas.

Há relatos históricos que o Serviço Social surgiu no Brasil, nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul em 1946, os quais foram os primeiros a abordarem o Serviço Social Escolar (AMARO, 1997 apud PIANA, 2009b).

De acordo com Piana (2009b) até meados de 1970 o Serviço Social era vinculado como ideologia por subordinação ou como alternativa ao projeto político do Estado em poder vigente.

Contudo, em 1980 os mesmos autores ressaltam que o Movimento de Reconceituação que assegurava a identidade profissional e no término do Serviço Social conservador e tradicional foi que o ambiente educacional tornou-se foco de atuação.

Rossa (2011) destaca que somente a partir de 1990 que houve a implantação das políticas sociais, o qual foi responsável pela conquista do Serviço Social na educação e o aumento da demanda de requisição desses profissionais.

No início do século XX, o serviço social tinha a função prática-interventiva que por meio de várias instituições delimitavam o acesso às necessidades sociais somente as sociedades de baixa renda (PIANA, 2009b).

De acordo com Rossa (2011) em 2001 foi criado o 1° grupo de estudos sobre o Serviço Social na educação no 30° Encontro Nacional do Conselho Federal e Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS).

Esses Conselhos CFESS e CRESS são responsáveis pela regulamentação e aplicações das ações sociais na sociedade como um todo.

 “O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução política educacional” (PIANA, 2009b, p. 185-186).

De acordo com Jesus *et al.* (2004) há três áreas que concentram os serviços sociais: Assistência a família, Educação e Pesquisa. Dentre essas áreas pode-se perceber que as ações educativas são mais priorizadas pelos assistentes por intermédio de orientação, socialização e prevenção.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no cenário educacional e em parceria com os profissionais da educação proporcionam transformações sociais na comunidade a qual estão inseridos.

Mioto (2002) apud Jesus *et al.* (2004, p. 62) tece que “as ações sócio educativas estão relacionadas às ações que, através de informação, da reflexão ou mesmo da relação, visam provocar mudanças (valores, modos de vida)”.

“Neste contexto, a educação aparece nos serviços com a finalidade da capacitação dos usuários e de seu desenvolvimento como cidadãos e sujeitos dos direitos” (JESUS *et al.,* 2004, p. 62).

Enfatiza-se que o emprego do Serviço Social é fundamental para a educação, uma vez que necessitamos de escolas adequadas, com espaço físico propício, assistentes sociais e profissionais da educação qualificados (SEVERINO, 1986 apud GERARDI, 2000).

De acordo com Areque e Souza (2009) é importante destacarmos que o Serviço Social na educação tem um papel de extrema relevância, uma vez que intervém em ações práticas relacionadas com diagnósticos sociais, oferecendo alternativas aos problemas vivenciados pelo educando e sua família, o que colabora para o sucesso educacional e social.

Todavia, até recentemente o Serviço Social não alcançava o campo educacional, visto que eram considerados como “congressos internacionais e nacionais que estudavam a profissão em sua aplicação na sociedade para resolver os problemas apresentados dentro de um determinado campo” (VIEIRA, 1977 apud PIANA, 2009b, p. 184).

Segundo Portes *et al.* (2001) o Serviço Social Contemporâneo apresenta os valores ético-político na finalidade de romper o mito da neutralidade.

O crescimento do Serviço Social na área da educação, frente à nova realidade do projeto ético-político profissional, possibilitou o aumento da demanda dos assistentes sociais e sua inclusão no espaço educacional (ROSSA, 2011).

Desse modo, essa inserção do Serviço Social na educação coopera de um modo geral, em aspectos positivos para formação dos cidadãos.

Diante do breve histórico apresentado do surgimento do Serviço Social no campo educacional irá ser analisado a seguir a profissão social aliada à garantia do direito a educação.

**3.1 Contribuição do serviço social para garantir a educação**

Para retratarmos das contribuições advindas da prática profissional do assistente social devemos levar em consideração o termo educação e seus conceitos perante o contexto do Serviço Social.

“A educação é imprescindível para que todos os indivíduos tenham acesso à cultura e possam fazer parte do mundo, compreendendo a realidade que se inserem e transformando sua própria historia de vida” (SANTOS, 2012, p. 124).

Segundo a autora, assim como a política pública, a educação estimula o senso-crítico do aluno conhecendo a realidade social vivenciada.

Para Piana (2009b) a educação é uma área nova de atuação do Serviço Social, porém podemos perceber que esses profissionais estão interessados em ingressar na equipe de profissionais da educação nas escolas a fim de por em prática seus conhecimentos teórico-metodológicos.

A educação é uma das áreas que o Serviço Social atua, segundo Campos e David (2010), e o seu compromisso fundamenta-se no direito que todo cidadão têm de acordo com a Constituição Federal, como também em ações cotidianas de reconhecimento sócio educativo.

De acordo com Piana (2009b) o Serviço Social em sua missão de concretizar os direitos sociais viabiliza a todos o acesso ao ensino e supera as desigualdades sociais.

“O Serviço Social é inserido na escola com o intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos” (SANTOS, 2012, p. 127).

Segundo Gerardi (2000) o Serviço Social está intimamente relacionado com a educação, uma vez que este trabalho em conjunto com a escola proporciona o processo de aprendizagem quando utilizada as ferramentas ideias para viabilizar a qualidade de vida das crianças e das famílias.

De acordo com Lopes *et al*. (2007) apesar da escola ser uma das principais ferramentas sociais precisamos contar com o apoio dos assistentes sociais, que ainda se apresentam em pequena escala e timidez perante o campo educacional.

O espaço do Serviço Social no cenário escolar vem crescendo gradativamente, mesmo com poucos avanços “torna-se evidente cada vez mais que é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional e na proposta pedagógica que se insere a escola...” (ALESSANDRINI, 2001 apud PIANA, 2009b, p. 200).

“Verifica-se que o assistente social é requisitado para atuar na política educacional devido à dinâmica social posta pelo capitalismo (mudanças trabalhistas e culturais) e não unicamente pelo desejo da categoria profissional em conquistar novos espaços de trabalho” (ROSSA, 2001, p. 15).

Para Rossa (2011) o assistente social que atua na política educacional tem como dever assegurar o acesso dos direitos das crianças e família em suas expressões de “questão social”.

Dessa forma, Piana (2009b) destaca que o Serviço Social contribui para a efetivação do direito a educação:

Mediante essa realidade é que o Serviço Social é uma profissão que vem construindo há 7 décadas de existência no Brasil e no mundo; com seu caráter sociopolítico, crítico e interventivo, tem ampliado a ação em todos os espaços que ocorrem as diversas refrações de questão social... (PIANA, 2009b, p.186).

Segundo Santos (2012) os objetos de trabalho desses profissionais se baseiam nas necessidades sociais de modo a intervir nas expressões da “questão social”.

A complexidade das manifestações dessa “questão social” está fragmentada nas estratégias de resolução dos problemas das classes políticas sociais (ALMEIDA, 2003 apud ROSSA, 2011).

De acordo com Rossa (2011) as políticas sociais estão divididas em saúde, educação e assistência social, as quais apresentam dificuldades para a realização dos direitos sociais e construção de uma nova realidade social.

Segundo Portes *et al.* (2001) a prática profissional tem como pretensão a ética requisito transformador dos problemas sociais, inserida no contexto histórico, da realidade social vivenciada.

Campos e David (2010) alegam que o Serviço Social é um método pelo qual os assistentes sociais com base no Código de Ética e princípios de defesa aos direitos humanos promove um fortalecimento dos laços entre a escola, à família e a comunidade, através da sua atuação profissional.

“O profissional do Serviço Social possui competências dispostas em seu Código de ética – (CFESS Resolução 273/93) para planejar, propor, elaborar e executar projetos sociais em defesa do respeito e diversidade, fortalecimento da cidadania e democracia” (ROSSA, 2011, p. 15).

Segundo Gerardi (2000, p. 51) “cabe ao Serviço Social na área da educação propiciar o acesso, a frequência e viabilizar melhoria de condições de vida imprescindíveis ao bom desempenho escolar”.

O Serviço Social no âmbito educacional possibilita realizar análises sociais indicando soluções para a problemática social vivenciada por crianças e adolescentes, o que resultará em um bom desempenho na sua vida escolar (CAMILO e CORDEIRO, 2005 apud CAMPOS e DAVID, 2010).

O Serviço Social tende a contribuir com grandes avanços na área da educação, porém Gerardi (2000) afirma que:

[...] é utópico pensarmos que o Serviço Social poderia solucionar todos os problemas de âmbito educacional, mas é prudente afirmar que o Serviço Social tem condições para colaborar com a melhoria do sistema educacional, por meio da atuação direta na escola e também via planejamento social de programas de auxílio familiar visando o combate à exclusão social... (GERARDI, 2000, p. 54).

Para Lopes *et al.* (2007) o assistente social na educação colabora na identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam o ambiente escolar resultando em evasão escolar, baixo rendimento, agressividade, entre outros.

[...] a contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos de risco, etc (CFESS, 2001 apud CAMPOS e DAVID, 2010, p. 278).

Desse modo, Areque e Souza (2009) garantem que o Serviço Social contribui de uma maneira especial na prática profissional dos assistentes sociais que atuam no ambiente escolar unificando conhecimentos em parcerias com os demais profissionais da educação contra a evasão escolar, bem como outras questões que atinge as escolas como um todo.

A contribuição da ação social para a educação, segundo Santos (2012) é no sentido de ajudar e solucionar os problemas sociais que atrapalham o desenvolvimento escolar do aluno, como a violência, faltas frequentes, drogas, brigas familiares, etc.

O Serviço Social é uma profissão que visa atender seguindo a realidade social vivenciada, e esta ocorre por meio de atendimentos, pesquisas e propostas quanto às necessidades sociais da sociedade como nas áreas de assistência social, saúde, educação, moradia resultante de um direito legado aos cidadãos (SOARES, 2003 apud CAMPOS e DAVID, 2010).

De acordo com Piana (2009b) o profissional social necessita de um conhecimento amplo a respeito da realidade e de sua complexidade a fim de modificá-la a favor do seu projeto político profissional.

O trabalho de um profissional do Serviço Social na escola resulta além de uma melhora no rendimento escolar do aluno, um aprendizado de cidadania e protagonismo social (CAMPOS e DAVID, 2010).

Nessa perspectiva, o serviço social cria um perfil profissional na política educacional que protagoniza ações e intervenções criativas, propositivas, estratégicas e ousadas buscando uma mudança social (PIANA, 2009b).

Sendo assim, Campos e David (2010) destacam que ao conhecer o perfil do estudante o assistente social deverá traçar meios para solucionar as questões intrigantes a fim de proporcionar uma vida coletiva mais social.

Segundo Gerardi (2000) a função do Serviço Social não é somente atuar na solução, mas também na prevenção de problemas futuros.

Diante do exposto, a atuação do Serviço Social na educação é imprescindível para a garantia à educação e formação de cidadãos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (AREQUE e SOUZA, 2009).

De acordo com Nozawa *et al.* (2009) o profissional em Serviço Social tem o dever da transformação social das crianças através do emprego da cidadania.

Para Areque e Souza (2009) a presença dos assistentes sociais na escola, seus processos sócios institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias caminham para um ambiente mais cidadão.

O Serviço Social pode ser atuado como função de um educador social que por meio de atividades sócio-educativas transforma a qualidade de vida dos cidadãos, em destaque as famílias menos favorecidas (CAMPOS e DAVID, 2010).

A inserção do profissional de Serviço Social neste campo de atuação nos impõe uma tarefa desafiadora: construir uma intervenção qualificada como profissionais na área da educação que possa contribuir para dar respostas aos anseios e carências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar (LOPES *et al*. , 2007, p. 2).

Segundo Lopes *et al.* (2007) discutir a importância do Serviço Social na garantia do direito a educação significa abrir um leque de temas correlacionados como realidade social, política econômica e cultural que muitas vezes não são considerados no dia a dia e ficam a mercê das políticas educacionais.

De acordo com Piana (2009b) o Serviço Social Escolar (SSE), assim intitulado, atua com o emprego de uma equipe multidisciplinar especializada, a qual conta com o apoio de psicólogos e professores.

O profissional do Serviço Social desenvolve um trabalho multidisciplinar, o qual resulta na integração entre os alunos, pais e professores buscando promover uma convivência mais efetiva e apropriada para o desenvolvimento escolar social dos alunos (CAMPOS e DAVID, 2010).

Gerardi (2000) defende o Serviço Social como um fator indispensável para o sucesso escolar.

Desse modo, têm-se um ponto de partida que justifica a necessidade de ampliarmos as ações sociais voltadas a todos e consequentemente legitimar a profissão do assistente social (PIANA, 2009b).

Sendo assim, a profissão do assistente social será abordada no tópico a seguir, bem como suas funções e atribuições no campo educacional seguindo rigorosamente o Código de Ética profissional.

**3.2 O assistente social**

Nesta seção iremos abordar as características da profissão social de acordo com suas diretrizes e regulamentações impostas para a prática profissional.

O assistente social é o profissional do Serviço Social que realiza “Programas de orientações e apoio sócios familiares” por meio de atendimentos individuais, trabalhos em grupos, visitas domiciliares e encaminhamentos para os recursos da comunidade (CAMPOS e DAVID, 2010, p. 277).

Segundo Piana (2009b) os assistentes sociais têm por objetivo atender alunos com dificuldades de aprendizagem de caráter individual ou familiar designados de ordens sociais observados na escola.

Para a mesma autora, a prática profissional do assistente social está fundamentada em novas Diretrizes Curriculares, pois buscam solucionar com flexibilidade as demandas de teoria social a fim de atingir a universalidade, particularidade e singularidade.

De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS (2013) a profissão do assistente social é regulamentada pela Lei n° 8662/93, contando com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

São diversas às áreas de atuação desse profissional, assim podemos citar:

De modo geral, as instituições que requisitam o profissional de Serviço Social se ocupam de problemáticas relacionadas à: crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiências, sem família, drogadictas, internadas, doentes; adultos desempregados, drogadictos, em conflito familiar ou conjugal, aprisionados, em conflito nas relações de trabalho, hospitalizados, doentes, organizados em grupos de interesses políticos em defesa de direitos, portadores de deficiências; idosos asilados, isolados, organizados em centros de convivência, hospitalizados, doentes; minorias étnicas e demais expressões da questão social (CRESS, 2013).

O campo de atuação dos assistentes sociais englobam as políticas sociais, o que por sua vez torna-se foco teórico e político para a execução dessa profissão (ALMEIDA, 2003 apud ROSSA, 2011).

De acordo com Piana (2009b) os assistentes sociais devem atuar para avaliar e indicar alternativas para solucionarmos os problemas voltados aos fatores sociais, políticos, econômicos e sociais que intervém no processo educativo.

Desse modo, iremos abordar as atribuições dos assistentes sociais dentro do contexto educacional.

3.2.1 O assistente social no âmbito escolar

De acordo com as definições da profissão do assistente social citado acima iremos demonstrar a relação desse profissional para com a educação.

Segundo Nozawa *et al.* (2009) os assistentes sociais exercem um papel fundamental na educação e em ações sociais, visto que esses profissionais carregam uma bagagem teórica, metodológica, técnica e operativa capaz de perceber criticamente os problemas de cada criança buscando soluções para seu desenvolvimento social.

Piana (2009b) afirma que atualmente as escolas são os locais de atuação mais importantes para os assistentes sociais, uma vez que é um espaço de inclusão social que oferece universalidade para com a participação da comunidade no seu processo de organização e funcionamento.

Santos (2012) destaca que a escola é definida como um “espaço social formadora do conhecimento humano”, o qual trabalha a realidade social do aluno.

A escola é um ambiente social e pedagógico que tem por finalidade ensinar a democracia e prevenir contra a violência. Esse espaço escolar proporciona um aprendizado a partir de troca de experiências, onde o aluno aprenderia a se colocar nas situações reais a fim de resolvê-las coletivamente (CAMPOS e DAVID, 2010).

Todavia, podemos perceber que os altos índices de evasão escolar vêm se tornando uma problemática educacional.

De acordo com Areque e Souza (2009) para solucionarmos esse desafio, de alunos que se distanciam da escola, os assistentes sociais com sua formação, capacitações técnicas, teóricas e metodológicas contribuem para enfrentar essa questão que aflige as escolas nos últimos tempos.

[...] a evasão escolar que vem se tornando num grande desafio que acaba por extrapolar as ações dos professores, pedagogos e gestores, mostrando a necessidade de outros profissionais integrarem a equipe na luta pela prevenção e resgate dos alunos que se afastam da escola (AREQUE e SOUZA, 2009, p. 104).

Contudo, os assistentes sociais podem capacitar os profissionais e funcionários da escola, que em conjunto podem ajudar na obtenção da “relação educador, criança e aprendizagem” (NOZAWA *et al*., 2009, p. 6).

De acordo com Areque e Souza (2009) essa parceria entre os profissionais do Serviço Social, professores gestores e pedagogos através de um trabalho interdisciplinar proporcionam uma medida restauradora para colocarmos os alunos de volta a escola.

Assim, esse trabalho em equipe para Nozawa *et al.* (2009) proporciona resultados positivos como uma relação de respeito e um melhor rendimento no âmbito escolar.

Para Santos (2012) o assistente social realiza uma tarefa “veiculadora de informações” que em parceria com uma equipe interdisciplinar proporciona um trabalho de articulação e operacionalização na realidade social.

A atenção do assistente social não deve estar somente voltada para as dificuldades escolares, mas também as de ordens socioeconômicas, familiar, etc (AMARO *et al*., 1997 apud GERARDI, 2000).

Segundo Gerardi (2000) os assistentes sociais não devem somente se ater aos problemas de aprendizagem, mas também aos aspectos de socialização, de sexualidade, de familiarização, etc. Pois, muitas vezes a exclusão escolar não ocorre apenas pela dificuldade em aprendizagem, mas por outros aspectos problemáticos na vida dos alunos.

Os assistentes sociais podem auxiliar os alunos com base na identificação de problemas de comportamentos, sob as maneiras de evasão, reprova, dificuldade de relacionamento interno, desmotivação para tarefas escolares, cujas quais podem estar correlacionadas com a falta de apoio e/ou atenção da família, ao local de moradia e a ausência de educação dos próprios pais (CAMPOS e DAVID, 2010).

De acordo com Rossa (2011) o assistente social deve conhecer a dinâmica dos alunos, da escola e da família como um todo, de modo que compreenda a realidade social para atender e intervir de modo restaurador.

Se os assistentes sociais se dedicam a solucionar tais problemas indiretamente também resolve os problemas de escolarização, despertando o interesse da criança as atividades escolares, uma vez que foram resolvidos os problemas sociais e econômicos a sua volta (GERARDI, 2000).

Dessa forma, Nozawa *et al.* (2009) afirmam que os assistentes sociais contribuem significativamente no trabalho com as crianças tanto no contexto escolar como social.

Areque e Souza (2009) apresentam as funções atribuídas dos assistentes sociais que competem em:

[...] realizar diagnóstico dos problemas sociais de forma a propor alternativas para saná-los e melhor conhecer a realidade sócio-econômica para uma ação interventiva de forma bem mais adequada, realizar trabalhos preventivos contra a evasão escolar, violência, drogas, direitos sociais, entre outras temáticas, envolver a família no processo educativo do aluno através de encontros de orientação sócio-familiar, possibilitar a inserção de famílias necessitadas economicamente em programas de assistência, informando o acesso desses serviços, assim como através de sua articulação proporcionar o devido encaminhamento (CFESS, 2001 apud AREQUE e SOUZA, 2009, p. 106).

Segundo Nozawa *et al.* (2009) o assistente social atua para a construção da cidadania através de discussão e tarefas que ressaltam a importância dos valores como o preconceito, discriminação, gravidez precoce, drogas aproximando assim, a família na vida social da criança.

É um dos princípios fundamentais da profissão buscar a emancipação, a liberdade e a igualdade de seus usuários. Construir a cidadania com essas crianças e famílias é promovê-las socialmente, fazendo com que tenham acesso aos seus direitos sociais e abrindo caminhos para a participação, reivindicando suas demandas (NOZAWA *et al*., 2009, p. 6).

“Falar de cidadania é falar de igualdade de oportunidades entre as pessoas, da consciência de que é possível transformar e conviver com as diferenças e que o bem-estar individual passa pelo bem-estar coletivo” (SERRÃO e BALLEIRO, 1999 apud NOZAWA *et al.* , 2009, p. 5).

Desse modo, Lopes *et al*. (2007) destacam que o assistente social tem como função avaliar os fatores de relações sociais dos alunos com a sociedade e a família, garantindo os direitos constitucionais aos educandos.

De acordo com Rossa (2011) a inserção do assistente social no âmbito escolar tem como atribuição garantir o direito a educação acarretando em uma relação transformadora, uma vez que o aluno se torna sujeito da sua própria história construindo uma parceria com o aprendizado recebido.

O assistente social inserido nessa área compete de acordo com o órgão de defesa e fiscalização da profissão pelo CFESS, intitulado no livro “O Serviço Social na Educação” (2011) em:

“Cabe ao profissional de Serviço Social Escolar as seguintes funções:

• Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar.

• Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar, a disparidade série/idade, e melhorar o rendimento do aluno e sua formação para o exercício de sua cidadania.

• Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões que envolvam saúde pública.

• Articulações com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.

• Realizações de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminha-lo adequadamente.

• Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, segundo Parecer Jurídico 23/00 de vinte e dois de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001 apud LOPES *et al*., 2007, p. 5).

Portanto, Areque e Souza (2009) afirmam que é pertinente salientarmos que os problemas identificados no ambiente escolar extrapolam os muros das escolas, sendo assim um grande desafio para os assistentes sociais saná-los e consolidar o direito à educação.

Segundo Pontes (2000) apud Piana (2009b) a mediação é o caminho o qual o assistente social deve percorrer para enfrentar problemas sociais que os envolvem em seu trabalho.

A mediação é expressa em um “conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude” (MARTINELLI, 1993 apud PIANA, 2009b, p. 187).

Os assistentes sociais utilizam recursos para a realização de suas práticas envolvendo meios como bens, serviços, benefícios, programas e projetos para executá-las (SANTOS, 2012).

Dessa forma, fica evidente a importância da atuação do Serviço Social na educação, uma vez que esses profissionais buscam estratégias para mudarmos diversos paradigmas a fim da efetivação da cidadania (NOZAWA *et al.* (2009).

Campos e David (2010) ressaltam que a contribuição do Serviço Social não se aplica somente aos problemas observados na escola, mas sim como um contexto social global o qual envolve a relação familiar.

Diante do exposto, o próximo capítulo irá retratar a fundamental importância do apoio familiar para com o ato social.

**4 A FAMÍLIA COMO MEDIADORA NA AÇÃO SOCIAL**

A família exerce um papel fundamental para a prática do assistente social e consequentemente contribuem para o sucesso escolar e social na vida dos alunos.

Segundo Campos e David (2010) a relação de aproximação entre as crianças e a escola pode ser avaliada como uma “transmissão de canais” abertos frente à participação democrática.

“Não se pode falar em participação democrática sem considerar a família como força mobilizadora e corresponsável do processo educativo” (PORTES *et al*. , 2001, p. 155).

De acordo com Sarti (2004) apud Santos (2012) a família é o alicerce primordial para as crianças e adolescentes, pois tem o papel de instruí-las no mundo e ensinar as noções básicas da vida em sociedade.

Sob a ótica da atuação assistencial, Portes *et al.* (2001) ressaltam que a família é considerada aliada do processo educativo. Contudo, não faz parte do projeto político pedagógico da escola.

Todavia, devemos aproximar a família a fim de torná-la “peça chave” para a concretização do sucesso escolar e sua participação no processo da cidadania (PORTES *et al.* , 2001).

Dentre os princípios da Política de Assistência Social podemos destacar a matricialidade sócio familiar como medida de resolução nos atendimentos com seguridade dos trabalhos de suporte à família (TEIXEIRA, 2010).

Campos e David (2010) ressaltam que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) assegura a fundamental importância do trabalho do assistente social em conjunto com a família.

Vale ressaltar que a PNAS e SUAS ao adotarem o princípio da matricialidade sócio familiar não conseguem superar a tendência familista da política social brasileira, em especial da assistência social, pois, se por um lado o termo significa que a família é a matriz para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos, que em hipótese pode romper a fragmentação do atendimento, por outro, toma a família como instância primeira ou núcleo básico da proteção social aos seus membros, devendo ser apoiada para exercer em seu próprio domínio interno as funções de proteção social, portanto, continua-se a responsabilizar a família, em especial às mulheres, pelos cuidados e outras tarefas de reprodução social (TEIXEIRA, 2010, p. 5-6).

Precisamos admitir que a família exerce um ambiente importante na vida social, e esta está explicitada no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, no artigo 16 da Declaração de Direitos Humanos e nas legislações específicas como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (PNAS, 2004).

De acordo com Teixeira,

As novas regras de assistência social, PNAS e SUAS, estão os investimentos em “melhores condições de trabalho, mais profissionais contratados, capacitação, implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outras propostas de competências como o desenvolvimento de novos saberes de trabalho social com as famílias” (TEIXEIRA, 2010, p. 8-9).

Segundo Jesus *et al.* (2004) a atuação dos assistentes sociais em parceria com as famílias vem ocorrendo paralelamente com a história da profissão, o que os remete na adoção de novas formas de prestação de serviços mais eficazes e efetivos.

Cabe lembrar que a família recebe atenção especial do Serviço Social apenas quando ocorre algum problema, onde esta não consegue desenvolver sua função social (SANTOS, 2012).

Para Silva (2008) as principais funções sociais da família são “a responsabilidade com o apoio e a proteção de todos seus membros”.

Silva (2008) compreende que os laços familiares criados socialmente resultam em funções sociais, e estas podem ser construídas e estabelecidas ou não, devido à exclusão social. A família pode sofrer dois tipos de exclusão social, tanto causado pela sociedade como a exclusão intrafamiliar.

A mesma autora discorre de uma forma crítica a cerca do termo de “exclusão social”, como pode ser observado abaixo:

A exclusão social supõe discriminação, preconceito e abandono dirigidos a um segmento etário, aos moradores de um local (país, cidade, bairro), aos portadores de deficiência, a uma determinada etnia, gênero, a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e muitos outros. Ela expressa situações como o crescimento da violência, fragilização familiar, desemprego de longa duração, crescimento da população de rua e é também causadora de muitas situações como a segregação, a não equidade, a não acessibilidade e muitas outras formas de discriminação (SILVA, 2008, p. 4).

Segundo Oliveira (2013) a pobreza e a falta de oportunidade de vida digna faz com que as famílias fiquem presas a uma determinada situação e não atinge seu espaço na sociedade. Sendo assim, protagoniza uma situação de exclusão que se perdeu toda vida na ausência de solução.

Desse modo, quando a família não consegue cumprir seu papel de função social, esta fica dependente dos serviços dos profissionais do Serviço Social.

Quando a família não consegue cumprir sua função social aparecem as demandas para o Serviço Social, porém devemos ressaltar que nem todas as demandas são criadas pela família, às vezes elas estão na sociedade e impõe seu reflexo na família (SILVA, 2008, p. 6).

As famílias passaram por mudanças significativas nos últimos tempos, para tanto o Serviço Social vem buscando soluções teóricas e metodológicas a fim de compreender o complexo ambiente familiar (RIVANI, 2005).

Segundo Santos (2012) a relação familiar é um dos campos mais atuados pelos assistentes sociais, seja pela sua complexidade e ações de intervenções.

Abordar a problemática familiar é uma tarefa árdua e complexa, uma vez que a família é vista como um desafio envolvendo problemas de ordem cultural, ética, econômica, política e social (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Rivani (2005) atuar na família é sempre polêmico, pois envolve valores, crenças, segredos e comportamentos previamente já existentes.

Para Neder (1996) apud Mioto (2004, p. 2) os assistentes sociais privilegiam a família como objeto fundamental na intervenção social, ao contrário de outros profissionais que destacam a família em certos momentos e, em outros, tira de foco.

A família é considerada, de acordo com Santos (2012), como uma das áreas prioritárias de atuação dos assistentes sociais, uma vez que o ambiente familiar apresenta uma fonte de complexidade e um campo repleto de intervenções.

O trabalho com as famílias tem sido foco dos profissionais sociais tanto no aspecto da atualidade como da complexidade das configurações familiares (MIOTO, 2004).

De acordo com Lopes *et al.* (2007) a complexidade da realidade social é um fator que precisa ser explorado pelos assistentes sociais a fim de aproximarmos as famílias no contexto escolar.

Para Santos (2012) é fundamental aproximarmos a família no contexto escolar direcionando o aluno ao aprendizado de viver em sociedade.

A mesma autora relata que a prática profissional aliada à família consiste no procedimento de resolução dos problemas, aumentando o vínculo da família com a escola potencializando o desempenho das crianças e dos jovens.

É de extrema relevância analisar o comportamento da família perante a sociedade e o ambiente escolar, em termos de participação e cooperação na política educacional (PORTES *et al*. , 2001).

Segundo Quintão (2013):

Envolver a família na educação, abrir o espaço escolar à comunidade, realizar trabalhos preventivos contra a evasão, a violência, as drogas e o alcoolismo, identificar e buscar formas de atendimento às demandas socioeconômicas das crianças e familiares (QUINTÃO, 2013, p. 2).

De acordo com Rivani (2005) o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na família se defronta com disfunções sociais como desemprego, violência, drogas, alcoolismo dentre outros que afetam a fragilidade familiar.

Estas demandas para o Serviço Social são resultantes em meios familiares com situação de vulnerabilidade e risco social como desestabilidade dos vínculos afetivos e sociais, fatores econômicos, violência, dificuldades em aceitar filhos com necessidades especiais, violência contra mulher, jovens fora da lei, dentre outras situações que requer atendimento assistencial social (SILVA, 2008).

Para Santos (2012) a atuação do assistente social em auxílio com a família é de fundamental importância para a resolução das questões sociais, uma vez instituído o vínculo entre o Serviço Social, família e os profissionais da educação potencializamos o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

“A atuação do assistente social junto às famílias pode ser decisiva na resolução de problemáticas, auxiliando também no seu vínculo com a família” e com a educação a fim de potencializar as oportunidades do desenvolvimento educativo (SANTOS, 2012, p. 127).

De acordo com Moreira (2009, p. 165) “[...] a importância da participação da família do aluno para fortalecimento da escola na comunidade como veiculo de interação social e instância promotora da educação”.

Oliveira (2013) ressalta que é de extrema importância que “os assistentes sociais ao trabalhar com as famílias adote uma postura sócia educativa, de trocas numa relação horizontal, tendo sempre em mente a realidade social e dinâmica familiar”...

Ainda, Moreira (2009) considera:

A presença da família assegura ao aluno uma base forte para seu desenvolvimento não só na aprendizagem escolar, como também no que diz respeito aos princípios éticos e aos valores sociais e afetivos necessários à sua formação como pessoa e cidadão (MOREIRA, 2009, p. 165).

Segundo Campos e David (2010) o apoio da família no trabalho do Serviço Social:

Visa sensibilizar as famílias sobre sua importância e responsabilidade com a educação e formação de seus filhos. São realizados atendimentos individualizados, visitas domiciliares periódicas, reuniões educativas, estudos, orientações, informação e discussões, palestras com temas informativos e atendimento psicológico tudo com o apoio e participação das famílias (CAMPOS e DAVID, 2010, p. 277).

Os mesmos autores destacam a troca de informações, a realização de práticas socioeducativas que abrangem os alunos e as famílias promovendo a sociabilidade e a reflexão do respeito pela realidade.

“A família assume a centralidade nas políticas sociais, em especial, na assistência social, o que tem reatualizado as demandas de trabalho socioeducativo com grupos familiares” (TEIXEIRA, 2010, p. 4).

A autora revela que “há expectativas quanto à redefinição do trabalho social com famílias com práticas socioeducativas alternativas, dirigidas para a autonomia e protagonismo das famílias”.

A atuação do Serviço Social tem por finalidade desmitificar todas as formas de discriminação, bem como promover a garantia dos direitos dos cidadãos a fim de obter sua autonomia como designado em seu projeto ético-político profissional (SILVA, 2008).

“O assistente social é um profissional criador e inovador para desenvolver seu trabalho contribuindo, conscientizando, sensibilizando, orientando e informando à família de seus direitos” (RIVANI, 2005).

De acordo com Mioto (2004) os assistentes sociais desenvolvem ações específicas para cada particularidade dos casos familiares como ações socioeducativas, sócio terapêutico, ações periciais, sócio assistenciais, ações de recolhimento e apoio sócio institucional. Sendo que todas essas ações partem de serviços com o propósito de atender os problemas familiares.

O assistente social desenvolve situações para ajudar a família a identificar as suas dificuldades e realizar mudanças para que possam solucionar seus problemas (OLIVEIRA, 2013).

Moreira (2009) enfatiza que:

Frente à atualidade de situações problemáticas, deve-se num primeiro momento atender às necessidades emergenciais das famílias, e em outro, planejar ações conjuntas que enfatizam aspectos preventivos, educativos e redistributivos visando à superação da situação de vulnerabilidade social que atinge as famílias (MOREIRA, 2009, p. 179).

Segundo Teixeira (2010) essa forma organizacional da assistência social foi delimitado atendimento designado em categorias, fragmentadas nas problemáticas como trabalho infantil, abandono, exploração sexual, dentre outros a fim de diferenciar a família como uma totalidade das situações.

Contudo, a mesma autora relata que na política de assistência social contemporânea se articula atendimentos parcializados, segmentados e isolados, limitando-se diretamente à família e às suas necessidades.

A família sempre esteve inserida no contexto do Serviço Social. Todavia, os serviços sociais tem contemplado a família de maneira fragmentada, isto é, “cada integrante da unidade familiar é visto de forma individualizada, descontextualizada e portador de um problema”. Dessa forma, os profissionais têm como meta buscar métodos de trabalho para com as famílias como um grupo com problemas próprios e únicos (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Jesus *et al.* (2004) a família têm sido foco de atuação do Serviço Social há muito tempo, porém é tratada como problema fragmentado onde cada unidade familiar é atendida individualmente. Diante disso, um dos desafios a serem superados por esses profissionais é a busca em práticas de trabalho que contextualizam as famílias como um grupo com próprias necessidades.

 “A família merece atenção especial e independente do espaço institucional que estiver inserida, deve ser tratada pelo profissional do Serviço Social como um todo, no sentido de coletividade” (RIVANI, 2005).

A mesma autora disserta que o profissional do Serviço Social atua em espaços institucionais reservados para atender os usuários-problemas através do modelo assistencial, na qual a principal preocupação está voltada na resolução dos problemas de seu usuário. Contudo, deve-se tomar atenção em tratar a família como um todo e não apenas o usuário problemas, a fim de prestar atendimento a todos e não de forma individual.

Oliveira (2013) destaca que é necessário que o profissional utilize uma linguagem clara, criando um espaço aberto e informal para que os usuários se sintam a vontade para fazerem perguntas e esclarecer dúvidas.

Ainda, o mesmo autor reafirma que o diálogo na discussão de alternativas com as famílias estará contribuindo para desenvolver mecanismos de reflexão e assumindo um papel mais de ajuda a refletir e pensar nela, mais de questionar do que discursar.

Todavia, Moreira (2009, p. 179) ressalta que “o grande desafio ainda presente na prática do Serviço Social é fomentar o diálogo entre a família e a escola”.

A interação entre a família, a instituição e a comunidade na realização de eventos, promoções, campanhas, debates, reuniões, palestras preventivas torna-se um elo favorável para a realização da prática social (CAMPOS e DAVID, 2010).

Rivani (2005) afirma que o “Serviço Social trabalha com ações de caráter preventivo, educativo e assistencial, sendo amparada pelas bases teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa, possibilitando sua atuação para modificar a realidade existente na família”.

Ademais, o assistente social precisa estar munido de um referencial teórico-metodológico cuja direção aponte para o compromisso de transformação da atual ordem societária, da luta por direitos, pela qualidade dos serviços prestados e para o fortalecimento das famílias (JESUS *et al*., 2004, p. 69).

Para Silva (2008) o assistente social deve atuar nessas demandas a fim de obter meios para conseguir almejar seus objetivos, sejam por intermédio de bens, serviços, benefícios, programas ou projetos. Assim, esse profissional deve articular uma maneira para que a família possa efetivar a sua função social.

Segundo Silva (1987) apud Oliveira (2013) “a prática profissional volta-se para orientações e prestação de serviços ou implantação de programas que beneficiem o grupo familiar”.

“É prioritário que a família perceba que a mudança em sua vida depende muito da sua participação em movimentos reivindicatórios organizados, em busca de melhores condições de vida” (MIOTO, 1997 apud OLIVEIRA, 2013).

Diante do exposto, menciona-se a importância dos profissionais em compreender o ambiente o qual estão inseridos, de modo a “elaborar e executar programas de orientação sócios familiares” (ROSSA, 2011, p. 20).

O Conselho de Referência da Assistência Social (CRAS) atua com as famílias e indivíduos no seu ambiente comunitário, sendo responsável pelo Programa de Atenção Integral às Famílias (PNAS, 2004).

O CRAS parte de pressupostos básicos que as famílias têm como funções:

“[...] prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se como referenciais morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (PNAS, 2004, p.36).

Independente da estrutura e das funções sociais estabelecidas, a família é considerada como mediadora entre os sujeitos e a coletividade, ou seja, é um sujeito individual e coletivo ao mesmo tempo e por consequência sua convivência é marcada por conflitos e desigualdades (SILVA, 2008).

Para PNAS (2004, p. 42) “a família, independente dos formatos ou modelos que assumem, é mediadora das relações entre sujeito e coletividade”. Porém, não podemos desconsiderar que a família é geradora de um ambiente controverso marcado por conflitos e desigualdades.

Desse modo, é de fundamental importância que o atendimento social se dê de forma continuada com as famílias, a fim de construir uma relação direta com os fatores culturais, afetivos, sociais, psicológicos, econômicos que abrangem o ambiente familiar, o que por sua vez atrapalha a prática profissional e sés desdobramentos com a resolução desses fatores críticos (MOREIRA, 2009).

De acordo com Santos (2012) cabe ao assistente social, no exercício de sua função e formação, manter contato com as famílias e o Conselho Tutelar Regional, bem como desenvolver cursos de capacitação aos pais e professores pelo ECA e por fim encaminhar os casos sociais mais evidentes.

De acordo com Jesus *et al.* (2004) os assistentes sociais, no exercício de sua função de atendimento às famílias, desenvolve um processo de quatro etapas com as seguintes atividades: entrada do grupo familiar no serviço, identificação, acompanhamento e seu desligamento.

Todas essas atividades estão explicitas resumidamente a seguir.

Na 1° etapa de entrada na família pode ocorrer por procura espontânea ou por encaminhamentos de outras instituições/serviços. Por seguinte, é realizada a identificação do contexto familiar, analisar e conhecer a estrutura, a dinâmica e as condições de vida da família por meio de entrevista, estudo social e a visita domiciliar (JESUS *et al*., 2004).

O contato permanente com as famílias por meio de visitas domiciliares e atendimentos particulares são um dos pontos mediadores fundamentais para aproximarmos os alunos à escola e à vida social (CAMPOS e DAVID, 2010).

Para Jesus *et al.* (2004) é possível observar a forma de abordagem com a família através do depoimento de uma assistente social, que retrata o procedimento a seguir:

[...] quando a gente vai atender à família iniciamos com uma entrevista, com a visita domiciliar. É quando a gente informa à família que vamos iniciar o atendimento, verificar a situação da família, fazer um diagnóstico da sua situação. Na visita, a gente vai definindo com a família um planejamento e a intervenção – quais os recursos que a família apresenta, onde a gente pode intervir, qual apoio que ela precisa... (JESUS *et al.,* 2004, p. 65).

Para os mesmos autores, a entrevista é um procedimento muito abordado quando os assistentes sociais precisam coletar informações da família.

O maior problema em utilizar a entrevista na abordagem social é a objetividade de conseguir separa os sentimentos que surgem durante seu trabalho (SOUZA, 1998 apud JESUS *et al*., 2004).

Na etapa de encaminhamento familiar é ressaltada às ações diretamente com as famílias e com demais profissionais da equipe (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, etc.). São “ações de cuidado” para com a família, buscando atingir a autonomia do grupo familiar nas soluções dos problemas e recursos de apoio presentes na rede social e na própria família.

Pro fim, Jesus *et al.* (2004) descrevem a fase de desligamento na qual os profissionais concluem o acompanhamento avaliando a capacidade de resolução de conflitos de cada família.

Em suas práticas familiares, Santos (2012) destaca que os assistentes sociais analisam pausadamente todas as questões com normatividade e estabilidade buscando uma “pacificação artificial” das famílias.

“Tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente, fortalece-se, diretamente ou indiretamente, uma visão da família como produtora da patologia e busca-se a “pacificação artificial” das famílias” (MIOTO, 2004, p. 4).

Segundo Mioto (2006) apud Teixeira (2010) em virtudes das situações a família é destacada como parte do problema, na qual sua resolução está voltada nela mesma e como resultado tem o fortalecimento e a constante busca da pacificação artificial.

O trabalho com famílias torna-se realmente um desafio, uma vez que são inúmeros os obstáculos, mas pode-se perceber que através de uma prática profissional pautada no Código de Ética, no projeto ético político e munidos de um referencial teórico metodológico que norteará todas as ações, é possível visualizar as demandas, e de forma estratégica e articuladora oferecer as respostas necessárias objetivando as emancipações dos usuários (OLIVEIRA, 2013).

Para Teixeira (2010) cabe ao profissional desvendar os conceitos familiares expostos na sociedade e intervir em medidas preventivas para a emancipação e autodesenvolvimento a fim de efetivar seu trabalho social.

 “A ação do assistente social deve ser transformadora buscando a emancipação e o autodesenvolvimento da família” (SANTOS, 2012).

No que concerne aos resultados esperados pelos assistentes sociais, Jesus *et al.* (2004) declaram que podem ser citados a busca da valorização pessoal e a garantia dos direitos da família, por ora são guiados pela satisfação dos profissionais envolvidos e o reconhecimento do Serviço Social prestado a toda comunidade.

Desse modo, podemos observar que a interação do serviço social aliado à escola juntamente com a participação da família resulta em ótimos resultados tanto para a educação como para a sociedade. Assim, essa relação tripla (serviço social, educação e família) deve ser mantida a fim de atingirmos uma boa ação social.

**5 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O presente trabalho classifica-se como pesquisa qualitativa através de levantamentos bibliográficos sobre a importância do emprego do Serviço Social no campo da educação.

Para entendermos melhor a metodologia utilizada neste trabalho iremos apresentar o conceito de pesquisa qualitativa com embasamento teórico em alguns autores.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Ainda, “a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, além disso, não busca enumerar eventos, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados” (NEVES, 1996, p. 1).

Desse modo, podemos compreender que esse tipo de pesquisa está fundamentado na interpretação de bases teóricas. Assim, Neves (1996, p. 1) afirma que “nas pesquisas qualitativas é frequente que o pesquisador procura entender os fenômenos”, isto é, procura-se interpretar as teorias já existentes.

Quando colocamos em prática o ato de entender e interpretar estamos acumulando saber e, “a pesquisa qualitativa é a única que nos possibilitará um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber” (BRASIL, 1995, p.8).

A pesquisa qualitativa classifica-se como forma de abordagem da pesquisa científica e, quanto os procedimentos podemos citar como complemento a pesquisa bibliográfica.

Para Gerhardt e Silveira (2009):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).

Diante do exposto, o método de análise baseia-se na coleta de informações em sites, livros, materiais impressos, documentos, artigos científicos online, Leis Educacionais e órgãos da educação.

Sendo assim, a metodologia de pesquisa empregada nesse trabalho pode ser relacionada diretamente com os assistentes sociais, uma vez que Brasil (1995, p. 8) disserta que a introdução da pesquisa qualitativa na prática cotidiana dos assistentes sociais tem por finalidade capacitá-los “reforçando o compromisso do profissional pesquisador com conhecimento técnico...”.

Esse autor defende a ideia de que a pesquisa qualitativa transforma o assistente social em um ser “pesquisador pensador”.

 Assim podemos relacionar a pesquisa qualitativa com os assistentes sociais por meio de intervenções fundamentais marcantes na atuação profissional, onde o assistente atuará como um “profissional pensante e realizador deixando de ser um mero prestador de serviços” (BRASIL, 1995, p. 9).

Portanto, conclui-se que essa relação torneará a abordagem qualitativa no cenário assistencial de modo a abrir novos caminhos na prática do “profissional pesquisador pensador”.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos à atuação do Serviço Social na Política Educacional é de fundamental necessidade, e para que ocorra sucesso na vida escolar e social dos alunos é indispensável o apoio dos assistentes sociais, os profissionais da educação e da família, sendo esta a principal responsável para a realização dessa prática.

Os assistentes sociais têm com principal compromisso garantir uma inclusão social no ambiente escolar, para que assim, este ocorra sempre de maneira eficaz, comprometedora e prazerosa.

De acordo com os autores consultados foram apresentados às contribuições dos assistentes sociais e sua prática vivencial nas raízes do projeto educacional. Dessa forma, fica explícito que há profissionais do Serviço Social capacitados para proporcionar resultados positivos na educação, mais que necessitam serem abordados nas pesquisas acadêmicas a fim de torná-los referência.

Para tanto, é imprescindível que a sociedade como um todo esteja ciente da relevância da inserção do assistente social especialmente no que se refere à vida escolar e social dos alunos a fim de torná-los cidadãos.

Desse modo, esse trabalho não tem a pretensão de apresentar uma conclusão com informações acabadas e ponto final de um trabalho social. Tendo em vista a riqueza do conhecimento abordado não cabendo finalizá-la, pelo contrário, com o intuito de remeter-se a algumas considerações compreendidas ao longo da investigação e que devem ser ponto de partida para outras pesquisas vinculadas a área social educacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AREQUE, I. C. ; SOUZA, J. A. N. O serviço social no enfrentamento da evasão escolar através do centro municipal de atendimento sócio-psicopedagógico ao educando – CEMASP. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB**, ano V, v. IX, jan-jun, p. 103-114, 2009.

BRASIL – **Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA** Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDBEN** Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, M. G. M. Reflexão sobre pesquisa qualitativa em serviço social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 4, n. 1, p. 7-9, 1995.

BULL, T. G. Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social. **Serviço Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 65-89, jul./dez. 2011.

CAMPOS, L. D. S. ; DAVID, C. M. O profissional de serviço social no ambiente escolar, uma vivência prática. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 269-294, 2010.

FRANÇA, R. M. S. ; FERREIRA, M. D. M. As políticas públicas e a efetivação dos direitos humanos pós Constituição Brasileira de 1988. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 12, n. 2, p. 181-191, 2012.

GERARDI, D. A. M. Uma experiência do serviço social na construção, implementação e implantação do programa comunitário de educação complementar: “casa da turminha”. 2000, p. 119. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2000.

GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**, Porto Alegre, p. 120, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. de 2013.

INFOESCOLA – Navegando e Aprendendo. **Política Educacional.** Notícia publicada em 20/05/2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>> Acesso em: 08 de abr de 2013.

JESUS, C. S. ; ROSA, K. T. ; PRAZERES, G. G. S. ; Metodologias de atendimento a família: o fazer do assistente social. **Acta Scientiarum Health Sciences**, Maringá, SP, v. 26, n. 1, p. 61-70, 2004.

LOPES, A. C. ; ANDRADE, D. L. ; CONCEIÇÃO, M. M. L. Serviço social na área da educação. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Gestão Social e Desenvolvimento no século XXI.** Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p. 1-7, 2007.

MARONEZE, L. F. Z. ; LARA, A. M. B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de estado. In: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, PUCPR, Paraná, p 15, 2009.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 3, ano III, p. 15, 2004.

MOREIRA, A. C. Serviço social na educação: possibilidades e limites de intervenção profissional junto à família. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 2, p. 163-180, 2009.

NETO, A. S. A. Legislação e política educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 725-734, 1995.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 03 de jun. de 2013.

NOZAWA, T. N. ; GARCIA, T. L. A. ; ROCHA, E. F. A importância do assistente social nos projetos sociais e na educação – uma breve análise da experiência no projeto degraus criança. In: V Encontro de Iniciação Científica, IV Encontro de Extensão Universitária e I Encontro de Iniciação Científica para o Ensino Médio. **Revista Eletrônica de Toledo**, Presidente Prudente, v. 5, n. 5, p. 1-8, 2009. Disponível:<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2223/2363>> Acesso em: 27 de fev. de 2013.

OLIVEIRA, A. S. Família: um desafio para os assistentes sociais. **Âmbito Jurídico**, 2013. Disponível em:< <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575>>. Acesso em 12 de maio de 2013.

OLIVEIRA, A. F. ; PIZZIO, A. ; FRANÇA. G. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora PUC, Goiás, p. 93-99, 2010.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Editora: Cultura Acadêmica, UNESP, São Paulo, 2009a, p. 236.

PIANA, M. C. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009b.

PNAS (Política Nacional de Assistência Social). Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social,** Brasília, p. 178, nov. 2004.

PORTES, L. F. ; PORTES, M. F. ; ORLOWSKI, R. Serviço social, educação e família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 155-170, 2001.

QUINTÃO, A. Políticas públicas sociais e o desafio da integração. In: **O serviço social e as políticas públicas de educação**. Cáp. 1, p. 1-3, 2013. Disponível em:< <http://www.andrequintao.com.br/arquivos/servico_social.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

RIVANI, C. Família x Serviço Social. **Portal Zé Moleza**, 2005. Disponível em:< <http://www.zemoleza.com.br/carreiras/sociais-aplicadas/servico-social/trabalho/21351-familia-x-servico-social.html>>. Acesso em 14 de maio de 2013.

ROSSA, A. Serviço social na educação. 2011, p. 85. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**, Toledo, 2011.

SANTOS, N. S. dos. Serviço Social e educação: contribuições do assistente social na escola. **Vivências**, Erechim, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

SILVA, J. C. M. Família: demandas para o serviço social. In: IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. **Revistas Eletrônicas Toledo Presidente Prudente,** SP, v. 4, n. 4, p. 1-10, 2008. Disponível em:< <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1592/1525>>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, jul-dez. 2010.